

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
MODO DE CITAR E OUTROS ESCLARECIMENTOS	9
ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	11
RESUMO	15
ABSTRACT	17
1. INTRODUÇÃO	19
1.1. O problema	19
1.2. Plano de exposição	38
2 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DAS PARTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS – IMPORTÂNCIA E EVOLUÇÃO DO CONCEITO	45
2.1. A ideia de igualdade e a sua evolução histórica	45
2.2. O princípio da igualdade na Constituição da República Portuguesa	59
2.3. O princípio da igualdade das partes no Direito Processual Civil	81
3. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DAS PARTES NA ARBITRAGEM	97
3.1. A importância do princípio da igualdade das partes como corolário do direito ao processo equitativo	98
3.2. A importância do princípio da igualdade das partes ao nível da constituição do tribunal arbitral	111
3.3. O sentido material ou substancial (e não apenas formal) do princípio da igualdade das partes	121

4. O PROBLEMA DA CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL EM CASO DE PLURALIDADE DE PARTES E O CONFLITO COM O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DAS PARTES	125
4.1. O problema específico	125
4.1.1. Questões prévias	125
4.1.2. A origem do problema: o caso Dutco	132
4.1.2.1. Descrição do caso	134
4.1.2.2. O acórdão da Cour de Cassation francesa de 7 de Janeiro de 1992	140
4.1.2.2.1. Críticas. A necessidade de se proceder a uma análise de interesses das partes: interesses convergentes ou não conflitantes vs. interesses divergentes ou conflitantes	143
4.1.2.3. As repercussões do caso Dutco	152
4.1.2.3.1. Repercussões dentro da CCI: o método da nomeação conjunta e a possibilidade de nomeação da totalidade dos árbitros	153
4.1.2.3.2. Repercussões fora da CCI	161
4.2. Os problemas de fundo	167
4.2.1. A origem contratual da arbitragem voluntária	168
4.2.1.1. Arbitragem e jurisdição	168
4.2.1.2. A dupla fonte de legitimação do poder dos árbitros: a origem contratual e a cobertura constitucional e legal da arbitragem	187
4.2.1.3. A origem contratual como força e fraqueza da arbitragem	212
4.2.2. As (aparentes) dificuldades de compatibilização do direito ao processo equitativo com a arbitragem	215
4.2.3. A indeterminação do conceito e alcance do princípio da igualdade das partes	226
5. A SOLUÇÃO CONSAGRADA NA LAV	229
5.1. Questão prévia: a pluralidade de partes no Direito Processual Civil e na LAV	231
5.1.1. O conceito de parte e de pluralidade de partes	231
5.1.2. O litisconsórcio, a coligação e a intervenção de terceiros	241
5.2. A constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes inicial (artigo 11º da LAV)	256
5.2.1. O método da nomeação conjunta	261
5.2.2. Consequências da não nomeação conjunta	271
5.2.2.1. A intervenção do tribunal estadual competente	272

5.2.2.2. A nomeação do árbitro em falta ou a nomeação da totalidade dos árbitros	276
5.3. A constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes sucessiva, resultante da intervenção de terceiros (artigo 36º, nºs 2 e 6, da LAV)	290
5.3.1. Os problemas da intervenção de terceiros no processo arbitral	290
5.3.2. A intervenção de terceiros e o respeito pelo princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral	296
5.4. A possibilidade de as partes regularem de modo diferente a constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes	300
5.5. A solução da LAV no contexto do direito comparado	306
6. CONCLUSÃO E POSIÇÃO ADOPTADA	319
BIBLIOGRAFIA	325
JURISPRUDÊNCIA	375
ÍNDICE	383

